



**Relatório do Comitê de Projetos sobre a
reunião realizada em 2 de março de 2015**

Item 1:	Adoção da ordem do dia	2
Item 2:	Eleição do Presidente e do Vice-Presidente para 2014/15	2
Item 3:	Desafios e estratégias relacionados com os projetos da OIC.....	2
Item 4:	Procedimentos relativos a projetos	3
Item 5:	Projetos de desenvolvimento cafeeiro.....	3
Item 6:	Outros assuntos	6
Item 7:	Data da próxima reunião	6

1. O Comitê de Projetos realizou sua 9.^a reunião em Londres, Reino Unido, em 2 de março de 2015.

Item 1: Adoção da ordem do dia

2. O Comitê adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento [PJ-82/14 Rev. 1](#).

Item 2: Eleição do Presidente e do Vice-Presidente para 2014/15

3. Como o representante de um país exportador fora redesignado Presidente do Comitê de Finanças e Administração, decidiu-se designar a representante de um país importador Presidente do Comitê de Projetos. A Sr.^a Amy Diggs, dos EUA, assim, foi eleita Presidente. O Sr. Belisario Domínguez Méndez, do México, foi designado Vice-Presidente.

Item 3: Desafios e estratégias relacionados com os projetos da OIC

4. O Chefe de Operações apresentou informações atualizadas sobre grandes mudanças no trabalho da OIC na área de projetos. Ele pôs em relevo dois pontos importantes a serem apreciados pelo Comitê no exame deste item. O primeiro era o Memorando de Entendimento (ME) entre a OIC, a Associação 4C e a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH), estabelecendo uma parceria que permitiria à OIC aproveitar integralmente a perícia do setor privado, em especial ao pleitear recursos para o financiamento de projetos. A OIC identificara a IDH como forte parceira potencial para a continuação de seu trabalho nesta área, através, em particular, de uma abordagem conjunta para a busca de doadores para projetos. Uma parceria com a IDH e a Associação 4C acrescentaria instrumentos ao processo de seleção de projetos pela OIC, e qualquer proposta de projeto seria comentada e, se apropriado, apoiada não só pela OIC como também pela IDH. Os projetos, assim, se beneficiariam da perícia do setor privado e do setor público. Esse trabalho seria feito concomitantemente com o que o Comitê de Projetos faz atualmente e de forma alguma substituiria o trabalho do Comitê. Se aprovado pelo Conselho, o ME entraria em vigor e as atividades começariam imediatamente. A OIC já identificara certas áreas onde medidas poderiam ser tomadas nas próximas semanas, e uma reunião com a IDH em Londres já estava planejada. O Chefe de Operações disse que esperava apresentar um plano de ação ao Comitê em setembro. O Comitê decidiu recomendar a aprovação do ME ao Conselho.

5. O segundo ponto que o Chefe de Operações pôs em relevo foi a Análise Estratégica da OIC. Estava claro que um dos principais aspectos da Análise seria o trabalho da OIC com projetos. O Chefe de Operações observou que os Termos de Referência e o documento de avaliação para uso do Subcomitê Virtual de Revisão (SVR) haviam passado por revisão recente, mas que a redefinição do trabalho da OIC na área de projetos ainda estava em curso. O Comitê tomou nota desta informação.

Item 4: Procedimentos relativos a projetos

Termos de referência para o Subcomitê Virtual de Revisão (SVR)

6. O Economista-Chefe apresentou o documento [PJ-34/12 Rev. 3](#), que continha os Termos de Referência para o SVR e fora produzido para refletir as mudanças solicitadas pelo Comitê em sua reunião anterior, em setembro de 2014. As principais mudanças eram indicadas em negrito e incluíam orientação e informações adicionais a serem usadas pelos Membros na avaliação dos projetos (parágrafo 8); as datas para a apresentação da avaliação dos projetos pelo SVR (parágrafo 10); menção à possibilidade de os Membros do SVR ajudarem a Secretaria a identificar/sugerir fontes de financiamento para os projetos relevantes (parágrafo 12); e informações básicas a serem levadas em conta pelo VSR seriam encaminhadas aos Membros do SVR pela Secretaria (parágrafo 14). Um delegado pediu esclarecimento sobre os prazos para a chegada à Secretaria de propostas a serem encaminhadas ao SVR. O Economista-Chefe respondeu que, para cumprir o prazo de 31 de janeiro, a OIC precisaria encaminhar as propostas ao SVR o mais tardar até meados de dezembro, e para cumprir o prazo de 31 de julho, ela precisaria encaminhá-las ao SVR até meados de junho. Os países precisavam enviar suas propostas à Secretaria o quanto antes possível, para que ela pudesse fazer uma avaliação preliminar das propostas antes de as encaminhar ao SVR para serem comentadas. A Secretaria concordou em incluir estas informações no parágrafo 10.

Avaliação de projetos

7. O Economista-Chefe apresentou o documento [PJ-17/11 Rev. 6](#), o documento de avaliação de projetos. Fizera-se a última revisão, atendendo aos comentários formulados pelos Membros na reunião anterior, em setembro de 2014. Três perguntas simples, com repostas 'sim' ou 'não', haviam sido introduzidas no início da avaliação. A resposta 'sim' às três perguntas era necessária para que uma proposta continuasse a ser considerada. As demais perguntas requeriam pontuação, e a pontuação máxima dependia da importância atribuída ao aspecto focalizado.

8. O Comitê decidiu que os dois documentos acima deveriam ser submetidos à aprovação do Conselho.

Item 5: Projetos de desenvolvimento cafeeiro

Projetos em exame pela OIC

9. O Economista-Chefe fez apresentação do documento [PJ-83/15](#), que contém a proposta intitulada "Revitalização do setor cafeeiro do Zimbábue através do fortalecimento da cadeia de valor do café", apresentada pelo Governo do Zimbábue. O Economista-Chefe resumiu a proposta e informou que ela fora encaminhada ao SVR, mas que a Indonésia fora

o único Membro da força-tarefa a enviar comentários (ver documento [PJ-84/15](#)). A Indonésia apoiava a proposta, mas recomendava que o proponente fizesse algumas revisões com referência à geração de lucros, para compatibilizá-la com a nova política de financiamento do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB). O critério segundo o qual o Zimbábue precisava estar em dia com suas contribuições para que o projeto fosse aprovado não se aplicava a este projeto, porque ele fora apresentado antes da mudança dos critérios.

10. Um dos delegados pediu desculpas por não haver apresentado seus comentários por escrito e disse que apoiava o projeto, particularmente considerando a estimativa da demanda pelos Arábicas Suaves produzidos pelo Zimbábue. Do lado técnico, ele disse que, com base em sua experiência anterior com projetos deste tipo, alguns indicadores pareciam um pouco otimistas em termos do que se poderia conseguir em três anos.

11. Outro delegado disse que também apoiava o projeto, observando que o projeto parecia orientado pelo setor privado e que, se assim fosse, era muito encorajador ver o setor privado do Zimbábue se envolver em uma participação ativa nesta área. Ele acrescentou que seria uma boa ideia se o proponente procurasse encontrar na região variedades resistentes a pragas e doenças locais e as introduzisse no projeto, para evitar a necessidade de reinvestir em novas variedades dentro de três a cinco anos.

12. O Comitê decidiu que esta proposta deveria ser submetida ao endosso do Conselho.

Projetos já aprovados

13. O Economista-Chefe apresentou informações atualizadas sobre três projetos em andamento, que eram descritos em detalhe nos três anexos do documento [PJ-86/15](#).

Esquema de Garantia de Crédito sustentável, para promover a intensificação de práticas melhoradas de processamento na Etiópia e em Ruanda

14. O objetivo deste projeto (Anexo I) era oferecer crédito aos cafeicultores na Etiópia e em Ruanda com garantia colateral do FCPB. O relatório de andamento recebido pela Secretaria afirmava que os cafeicultores da Etiópia, através de suas cooperativas, estavam conseguindo obter mais crédito, com um impacto positivo sobre seus negócios. Em Ruanda, porém, os cafeicultores vinham enfrentando mais dificuldades, devido aos critérios severos impostos pelos bancos às cooperativas. No entanto, o projeto havia permitido que três cooperativas se beneficiassem de empréstimos. Na sequência de uma missão de supervisão pelo Economista-Chefe, recomendava-se que outro banco local fosse acrescentado à iniciativa, para que maior número de cooperativas pudessem se beneficiar. Uma reunião anual seria realizada na Etiópia para discutir o avanço, compartilhar as experiências e planejar as próximas etapas.

Promoção de um setor cafeeiro sustentável no Burundi

15. Este projeto (Anexo II) era um exemplo típico de colaboração público-privada. Havia três anos, uma empresa do comércio (Sucafina) propusera um enfoque diferente da questão da sustentabilidade no setor cafeeiro, para não só aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida dos que trabalham no setor, como também assegurar a disponibilidade de suficientes quantidades de café aos exportadores. Desenvolveu-se o conceito com a ajuda da OIC, e agora que a importância US\$1,6 milhão fora obtida, o projeto estava sendo implementado. O Economista-Chefe recentemente realizara uma missão de supervisão do projeto financiada pelo setor privado. O projeto já alcançara muitos cafeicultores, e esperava-se que se estendesse a outras regiões do país.

Reabilitação qualitativa e quantitativa do café para melhorar as condições de vida dos cafeicultores afligidos e deslocados pela guerra na República Democrática do Congo

16. O objetivo deste projeto (Anexo III) era melhorar as condições de vida dos cafeicultores na República Democrática do Congo. As atividades se concentravam em uma área que sofrera muito com as devastações causadas por conflitos, e por isso o projeto procurava dar apoio aos cafeicultores que estavam voltando à região. A implementação estava a cargo da Veco, uma ONG belga, e o financiamento provinha inteiramente do FCPB. A Veco estava tomando medidas adicionais para pôr em curso o projeto.

17. O Comitê tomou nota destes relatórios.

Projetos concluídos recentemente

18. O Economista-Chefe apresentou relatório sobre os dois projetos concluídos recentemente. O sumário executivo do primeiro, cujo título é “Programa de empresas cafeeiras competitivas para a Guatemala e a Jamaica”, figura no Anexo I do documento [PJ-87/15](#). Este projeto era um exemplo muito bom de como conseguir colaboração entre uma grande instituição e pequenos cafeicultores. Ele fora financiado pelo FCPB e proporcionara à OIC muita experiência útil. A íntegra do relatório sobre o projeto pode ser obtida da Secretaria mediante solicitação.

19. O sumário executivo do segundo projeto, intitulado “Construção da capacidade para certificação e verificação dos produtores de cafés especiais nos países da AFCA”, figura no Anexo II do documento [PJ-87/15](#). Financiado pela União Europeia (UE) e o FCPB, este projeto tivera o objetivo de promover boas práticas e possibilitar que os cafeicultores obtivessem certificação e reduzissem os custos da certificação auditada. Ele fora implementado, em

todos os seus aspectos, em nove países leste-africanos, tendo contribuído para a capacitação de funcionários dentro das instituições nacionais. Graças a ele, fora possível avançar rumo à certificação na região. A íntegra do relatório sobre o projeto pode ser obtida da Secretaria mediante solicitação.

20. O Comitê tomou nota desta informação.

Item 6: Outros assuntos

Composição do SVR

21. O Brasil, o México e os EUA assentiram em participar do SVR. O segundo país consumidor deveria ser escolhido após consultas entre a UE e a Suíça, e o resultado destas consultas seria objeto de relatório ao Conselho.

Lista de doadores potenciais

22. A Secretaria começou a preparar uma lista ampla de organizações doadoras de vários tipos (multilaterais, bilaterais, sem fins lucrativos, etc.). Logo que ela tivesse a oportunidade de falar com os doadores, mais informações seriam acrescentadas à lista, tais como os tipos de projetos que as instituições financiavam e os pormenores para contato de uma pessoa específica em cada instituição. O Economista-Chefe esperava que parte dessas discussões acontecesse no dia seguinte, no 5.º Fórum Consultivo.

Item 7: Data da próxima reunião

23. O Comitê notou que sua próxima reunião seria realizada em Milão, Itália, na altura da 115.^a sessão do Conselho, no período de 28 de setembro a 2 de outubro de 2015.